



Atitudes dos professores de educação física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência

Attitudes of physical education teachers from regular schools toward handicapped children

Gorgatti, Márcia Greguol^{1,2};
Penteado, Sandra H.N.W.¹;
Pinge, Marcelo D.¹;
De Rose Jr, Dante²

Resumo

GORGATTI, M. G., PENTEADO, S. H.N.W., PINGE, M. D., DE ROSE JR., D. Atitudes dos professores de educação física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência. **R. bras. Ci e Mov.** 2004; 12(2): 63-68.

O objetivo deste estudo foi avaliar as atitudes de professores de educação física da rede regular de ensino, a respeito da inclusão de alunos portadores de deficiências nas aulas. Para tanto, 10 professores de educação física, cinco da rede pública e cinco da particular, responderam a um questionário adaptado dos modelos originais da literatura especializada. Este questionário abordou três aspectos: como o professor avaliava seus conhecimentos para lidar com crianças especiais, como o professor percebia a aceitação dessas crianças pelos colegas ditos “normais” e como o professor avaliava as condições de sua escola para aderir à proposta do ensino inclusivo. Os resultados indicaram que 50% dos professores acreditavam que seus conhecimentos para lidar com crianças especiais eram insuficientes e que também não gostavam ou não gostariam de trabalhar com proposta de ensino inclusiva. Por outro lado, 90% dos professores acreditavam nos benefícios da proposta inclusiva para todas as crianças, entretanto também 90% julgaram que suas escolas não estão preparadas para receber crianças especiais. O número pequeno da amostra não permitiu que se observassem tendências de respostas diferenciadas entre os professores da rede pública e os da rede particular de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: educação inclusiva, deficiência, crianças especiais.

Abstract

GORGATTI, M. G., PENTEADO, S. H.N.W., PINGE, M. D., DE ROSE JR., D. Attitudes of physical education teachers from regular schools toward handicapped children. **R. bras. Ci e Mov.** 2004; 12(2): 63-68.

The purpose of this study was to assess the attitudes of physical education teachers working in general schools, toward the inclusion of handicapped children in the classes. For that, 10 physical education teachers, five from public schools and five from private ones, answered a questionnaire, adapted from the original models of the literature. This questionnaire covered three aspects: how teacher evaluated his knowledge to work with special children, how teacher perceived the children's attitudes toward his handicapped peers and how teacher evaluated the school conditions to apply the inclusive teaching purpose. The results indicated that 50% of the teachers believed their knowledge were insufficient to work with special children and that they didn't like to work with the inclusive purpose either. By the other hand, 90% of the teachers believed in the benefits of the inclusive education for all the children, nevertheless also 90% judged that their schools were not prepared to receive special children. Results indicated no tendencies in responses between the teachers from public and private schools.

KEYWORDS: inclusive education; handicap, special children.

¹ Curso de Educação Física da Universidade Paulista – UNIP

² Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo

Recebido: 04/09/2003

Aceite: 03/02/2004



Introdução

Muito se tem discutido nos últimos anos a respeito da proposta inclusiva que o Governo Federal vem tentando implementar nos estabelecimentos do sistema regular de ensino (3). Os professores, que até então encaravam crianças portadoras de deficiências como uma realidade muito distante, agora são obrigados a fazer cursos e se atualizar para recebê-las. Algumas questões nesse processo forçosamente devem ser discutidas:

- será que a escola está preparada para receber estas crianças, tanto no sentido de adaptações para acessibilidade quanto no apoio necessário aos professores?
- será que os cursos oferecidos aos professores podem de fato capacitá-los a lidar com tais alunos “especiais”?
- como os professores e os demais alunos se comportam diante de ingressantes portadores de algum tipo de deficiência?
- como a própria criança nessas condições encara a proposta de ensino integrado? Quais as vantagens e desvantagens dessa proposta?
- será que um aluno especial pode influir negativamente no andamento do programa para a classe inteira?
- em qual ambiente (integrado ou segregado) ocorrerá a melhor evolução motora da criança portadora de deficiência?

Esse contexto de profundas modificações na visão do “ensino regular” e do “ensino especial”, além das discussões por elas geradas, vem motivando muitos projetos de pesquisa na área, especialmente no âmbito da educação física escolar, visto que, na maioria das vezes, mesmo o aluno tendo acesso à escola, ele é dispensado das aulas de educação física.

Talvez por confundir deficiência com doença, talvez por comodismo ou total falta de informação, o fato é que muitos professores privam seus alunos “especiais” da oportunidade crucial de vivenciarem experiências motoras e recreativas, o que fatalmente trará conseqüências por vezes irreparáveis. De fato não é suficiente apenas a criação de instrumentos legais que assegurem o ingresso de “todos” à escola. Mais do que isso, é preciso que se modifiquem atitudes, comportamentos, visões estigmatizadas.

Até pouco tempo atrás, acreditava-se que crianças e jovens portadores de deficiências teriam melhores resultados caso estivessem sendo atendidos por um sistema especial de ensino, inclusive no que se refere à educação física. Considerava-se que, em função das limitações, os estudantes com necessidades especiais não poderiam se engajar irrestritamente, de forma segura e com sucesso, em atividades vigorosas de um programa de educação física convencional. Exigia-se que houvesse mudanças ou ajustes de metas, objetivos e instruções. Tal preceito, nos dias de hoje, não é premissa para a implementação e implantação de programas, dada a tendência de convivência e inclusão social manifestada pela sociedade, com base no modelo de direitos humanos e direitos sociais.

A formação profissional na área de educação física evoluiu muito nos últimos anos. A inclusão pode ser vista

como “um motivo que levará ao aprimoramento da capacitação profissional de professores, constituindo uma ferramenta para que a escola se modernize em prol de uma sociedade sem espaço para preconceitos, discriminações ou barreiras sociais” (9, p.62). Entretanto, não se pode esquecer a questão da qualidade. Para que a proposta inclusiva seja levada adiante com êxito, é preciso a coesão e a disposição de todos os segmentos, inclusive dos próprios alunos. Incluir sim, mas com qualidade. Essa deve ser a premissa maior do processo.

A área da educação, e aqui se inclui a educação física, não pode ser tão limitada a ponto de afastar uma criança da convivência de outra por questões irrelevantes. A convivência com pessoas diferentes deveria ser uma grande ferramenta em educação, preparando pessoas mais conscientes para a vida e para suas possibilidades. O ensino especial deve ser uma saída quando o progresso do aluno estiver seriamente comprometido em uma classe regular e não uma questão de conveniência para professores e diretores de escola.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (4), pela primeira vez na história do país, reservou um capítulo exclusivamente para o tratamento da educação especial. De forma sintética, esse capítulo determina a necessidade de que os alunos da educação especial sejam atendidos nas classes regulares e que, apenas quando esse procedimento não for possível, sejam criadas classes para atendimento específico. A legislação atual também define que todos os professores de classes regulares ou especiais devem receber especialização adequada para lidar com todos os alunos, visando sempre que possível a integração em salas comuns. O grande avanço da nova legislação em relação à anterior foi a inserção de temas antes só tratados em decretos, portarias ou normas (12). A dedicação de um capítulo específico para a educação especial é resultado do crescimento de pesquisas na área e reflete uma evolução sobre a discussão do tema, visto que na lei anterior (5692/71) este era tratado em apenas um artigo.

Muitos professores da rede regular de ensino estão sendo convocados a freqüentar cursos que abordam a questão da deficiência e da integração. Escolas públicas e particulares vêm manifestando a intenção real de implementar programas inclusivos. Entretanto, em algumas circunstâncias é preciso que se verifique a viabilidade total dessas mudanças, visando o maior benefício possível para os alunos especiais. A importância de pesquisas nesta área torna-se cada vez maior em virtude dos acontecimentos. É fundamental que estudos sejam dirigidos a fim de que profissionais da área de educação possam ter formas de avaliar o quanto o processo de integração está sendo positivo para todos os alunos (portadores ou não de condições especiais).

Segundo dados de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pouco mais de 10% da população brasileira possui alguma deficiência motora, mental, sensorial ou múltipla (5). Com relação à idade, o levantamento mostra que 14% deste total está na faixa dos 0 aos 10 anos e que 24% está na faixa dos 11 aos 20 anos. Embora não existam dados oficiais, sabe-se que grande parte dessas crianças e adolescentes nunca teve acesso ou oportunidade de freqüentar uma escola, quer regular, quer

especial. Das crianças que conseguem ter acesso à escola, muitas são dispensadas pelos professores das aulas de educação física, com o falso pretexto de “garantir a sua integridade física”. Das que conseguem participar das aulas de educação física, muitas são relegadas e incumbidas para a realização de atividades paralelas, enquanto todos os alunos participam de alguma atividade diferente.

Felizmente, exceções acontecem. Algumas escolas, até pela exigência legal, têm de fato buscado implementar o programa de educação física integrada em seu currículo. Tais iniciativas ainda são recentes e estão causando muita discussão nos estabelecimentos de ensino. O foco principal dessa discussão é, ou pelo menos deveria ser, os alunos portadores de deficiências. Mensurar e avaliar a evolução de crianças em sistemas integrados e segregados de ensino parece ser uma saída viável e necessária para compreender as vantagens e desvantagens de cada processo. Trata-se de um assunto novo, polêmico e, acima de tudo, iminente. Acredita-se que a criação de instrumentos válidos de medição e avaliação dessa realidade possa colaborar no processo de disseminação da informação entre pais, professores e alunos envolvidos.

Tendo em vista a crescente importância do tema exposto, o objetivo deste trabalho foi analisar a viabilidade da proposta de ensino integrada nas aulas de educação física escolar, observando as atitudes dos professores de educação física ao receber alunos portadores de deficiências motoras.

Metodologia

Amostra

Foram entrevistados 10 professores de educação física do ensino regular da cidade de São Paulo, sendo 5 deles da rede estadual e 5 da rede particular, trabalhando com crianças de 5ª a 8ª séries. Todos os professores avaliados eram licenciados em educação física e estavam devidamente registrados no Conselho Regional de Educação Física. Dos 10 professores, 8 possuíam alunos portadores de deficiência em suas aulas de educação física regulares.

Procedimentos

Para avaliar as atitudes dos professores de educação física com relação à presença de alunos portadores de deficiência em suas aulas regulares, foi aplicado um questionário (Anexo 1), adaptado dos modelos originais da literatura especializada. O questionário apresentou quatro níveis de resposta: concordo totalmente, concordo quase totalmente, discordo quase totalmente e discordo totalmente, das quais o professor deveria assinalar apenas uma.

As questões de 1 a 5 deste questionário visam verificar como o professor avalia seus conhecimentos para lidar com populações especiais e seu desejo de ingressar por essa área. As questões de 6 a 9 se referem à percepção do professor sobre como os demais alunos recebiam os colegas portadores de deficiência nas aulas de educação física regulares. As questões de 10 a 12 tratam da forma como o professor avaliava as condições de sua escola para receber essa população especial de alunos em programas regulares de ensino. Foi solicitado que os professores não se

identificassem no teste, nem o nome da escola, a fim de que as respostas pudessem ser as mais reais possíveis. As respostas dos testes foram avaliadas levando-se em conta a frequência relativa (%) de sua ocorrência.

Resultados e discussão

No caso de professores de educação física que não possuíam alunos especiais em suas aulas, as respostas deveriam ser marcadas de acordo com suas expectativas em relação à inclusão em sua escola. Estas respostas estão sintetizadas na TABELA 1.

Tabela 1 – Frequência de respostas dos professores de educação física.

Professores que afirmaram possuir conhecimentos suficientes para lidar com crianças portadoras de deficiência	50%
Professores que gostam ou gostariam de trabalhar com crianças portadoras de deficiência	50%
Professores que acreditam que o processo de ensino integrado é benéfico para todas as crianças	80%
Professores que pretendem fazer cursos na área de Educação Física Adaptada	90%
Professores que acreditam que as crianças portadoras de deficiência são ou seriam bem aceitas por seus colegas de aula	90%
Professores que afirmaram que suas escolas não estão preparadas para receber crianças portadoras de deficiência (estrutura não adaptada, falta de materiais, profissionais especializados, etc.)	90%

Como se observa nos dados da tabela 1, 50% dos professores entrevistados sentem-se despreparados para lidar com alunos especiais em suas aulas, mesmo com os cursos preparatórios oferecidos pelo governo. Essas respostas independeram do fato da escola de origem do professor ser pública ou particular. Talvez essa sensação de despreparo seja responsável pelo fato que os mesmos professores afirmaram que não gostam ou não gostariam de receber alunos portadores de deficiências em suas aulas de educação física. Dos cinco professores que responderam negativamente essas questões, quatro assilaram “discordo totalmente” e apenas uma “discordo quase totalmente”.

Os dados anteriormente citados são similares aos obtidos em outro estudo (8), no qual foram entrevistados seis professores da rede regular de ensino que possuíam em suas salas alunos com algum tipo de deficiência. Os resultados indicaram que os estilos de ensino e as formas de promover a integração dos alunos variavam bastante, porém todos profissionais afirmaram que sentiam algum grau de frustração e culpa por não poder ou conseguir realizar um trabalho melhor com as crianças especiais. Tais sentimentos negativos eram atribuídos ao pouco apoio recebido pela direção da escola e à falta de conhecimentos específicos sobre as deficiências.



Os professores afirmaram que possuíam uma preparação profissional precária a este respeito e não eram estimulados a fazerem cursos de especialização.

Em outro estudo semelhante (6), os autores, analisando professores que trabalhavam em salas regulares ou salas especiais de ensino, verificaram que existiam diferenças marcantes no enfoque da proposta educacional e na própria filosofia de ensino. De acordo com o estudo, os professores deveriam receber uma preparação profissional que uniformizasse os conhecimentos e as propostas pedagógicas e curriculares para ambas situações, visando principalmente que todos os alunos tivessem acesso a programas e oportunidades semelhantes. Essas diferenças entre as competências dos professores poderiam explicar a dificuldade dos profissionais de classes regulares em receber alunos portadores de condições especiais.

Mesmo com esse sentimento negativo por parte de muitos professores, entretanto, pôde ser constatado que 90% deles concordam totalmente em fazer cursos para se aperfeiçoar na área da atividade física voltada para pessoas portadoras de deficiências. Apenas um professor da rede pública disse discordar quase totalmente de fazer cursos de aprimoramento nesta área. É preciso que os cursos preparatórios, no entanto, sejam oferecidos ou estimulados pela própria escola, para que o professor se sinta mais motivado a frequentá-los. Em um levantamento sobre a preparação profissional de professores de educação física dos Estados Unidos nos anos de 1980 e 1988, observou-se um certo despreparo no que se refere a alunos com necessidades especiais (10). Nas duas ocasiões, 51% dos professores pesquisados salientaram que não recebiam qualquer apoio ou encorajamento por parte da direção da escola para que pudessem trabalhar com alunos especiais. A expectativa é que professores ao se sentirem mais preparados para lidar com crianças especiais, tendam a recebê-las com uma atitude mais positiva.

Na segunda parte do presente estudo, quando questionados sobre os possíveis benefícios para as crianças da prática inclusiva nas aulas de educação física, oito dos dez professores afirmaram concordar totalmente (seis) ou quase totalmente (dois) que essa situação era benéfica para todas as crianças, portadoras ou não de deficiências. Um fato interessante é que os dois professores que discordaram totalmente de tais benefícios eram os únicos que não possuíam alunos especiais incluídos em suas turmas regulares de educação física.

Outros autores têm se dedicado à pesquisa sobre os possíveis benefícios ou prejuízos da inclusão de alunos especiais em aulas de educação física regulares. Buscando avaliar o impacto da inclusão de três alunos com sérias limitações motoras em aulas regulares de educação física na sexta série do ensino fundamental, foi realizado um estudo longitudinal durante um bimestre em duas salas de sexta série: uma sem alunos portadores de deficiências (C1) e a outra com as três crianças portadoras de graves limitações motoras (C2). Como o conteúdo do bimestre era o desenvolvimento de habilidades básicas de basquetebol, os pesquisadores realizaram testes pré e pós a unidade de ensino, englobando habilidades como passes, arremessos e dribles. Após a análise dos dados, os autores puderam concluir que, embora C2 apresentasse valores pré-teste

superiores a C1, não houve diferenças significativas nos ganhos de resultados entre as duas classes comparando-se o pré e o pós-teste. Dessa forma, com professores bem preparados, a presença de alunos portadores de deficiências não mostrou qualquer influência negativa sobre o desempenho dos alunos ou sobre o cumprimento das metas de ensino estabelecidas (2).

Com relação à aceitação dos alunos especiais por seus colegas não portadores de deficiências, 90% dos professores concordam que esse processo ocorre naturalmente, sem humilhações para nenhuma criança. Apenas um professor da rede pública, que possui um aluno com deficiência mental incluso em suas aulas, afirmou que percebia uma má aceitação e que esse aluno era humilhado pelos seus colegas ditos “normais”. Os dois professores que não possuíam alunos portadores de deficiências em suas aulas também mostraram uma expectativa positiva no que diz respeito à aceitação de crianças especiais pelos demais alunos.

Os resultados obtidos neste estudo são coerentes com os de algumas pesquisas na área de educação física inclusiva que têm se preocupado com a aceitação de alunos especiais por seus colegas não portadores de deficiência na rede regular de ensino. A fim de observar tal comportamento, foram avaliadas 455 crianças de 9 a 12 anos em turmas de educação física regular, sendo 226 em classes integradas e 229 em classes segregadas, ou seja, sem a presença de alunos portadores de deficiências. Foi aplicada a Escala de Atitudes dos Colegas em Relação aos Portadores de Deficiência (PATHS³) ao final do período letivo. Os achados do estudo permitiram aos autores concluir que as crianças que faziam aulas de Educação Física no sistema integrado demonstravam atitudes muito mais positivas em relação aos colegas portadores de deficiência do que aquelas no sistema segregado. Dessa forma, o estudo apoiou a “Teoria do Contato”, afirmando que o contato direto com crianças especiais torna o relacionamento entre as crianças mais positivo e com uma maior aceitação (13).

Ainda buscando avaliar o comportamento das crianças não portadoras de deficiências a respeito da integração de crianças especiais nas aulas de Educação Física, foi validado o questionário Atitudes das Crianças em Relação à Educação Física Integrada – Revisado (CAIPE – R⁴) (1). O questionário foi respondido por 208 crianças de 10 a 12 anos da quinta série do ensino fundamental. De acordo com os resultados, todas as crianças que responderam ao questionário demonstraram atitudes favoráveis à Educação Física Integrada e tais atitudes não tiveram quaisquer relações com o sexo dos alunos. O estudo propõe a necessidade de pesquisas abrangendo alunos da rede pública e particular de ensino em outras regiões, a fim de que os resultados possam ser comparados.

Por fim, quando questionados sobre o preparo da escola para receber alunos portadores de deficiência em aulas de educação física regulares, 90% dos professores discordaram totalmente da capacidade da escola em cumprir esta tarefa. As questões sobre este tema abordaram fatores como adaptações estruturais das instalações, materiais adequados e profissionais de apoio. O único professor que concordou

¹ PATHS – Peer Attitudes Toward the Handicapped Scale.

² CAIPE – R – Children’s Attitudes Toward Integrated Physical Education – Revised.

quase totalmente que sua instituição estava capacitada a receber alunos especiais era proveniente de uma escola pública. Mais uma vez se verifica que apenas a criação de instrumentos legais e boa vontade dos professores não podem garantir o sucesso da proposta inclusiva nos estabelecimentos regulares de ensino. É preciso que a escola tenha sua estrutura como um todo preparada para esse processo. Instalações com rampas, banheiros adaptados, portas na largura correta e materiais específicos podem ser fundamentais para a possibilidade de ingresso efetivo de alunos portadores de deficiência nas aulas de educação física.

Conclusões

Apesar da amostra reduzida, não se observaram tendências de diferenciações entre as respostas dos professores vinculados às escolas estaduais e às particulares. A análise geral das respostas indica que os professores em muitos casos, apesar da obrigatoriedade de incluir alunos especiais em aulas regulares, não se sentem preparados e nem gostam de lidar com crianças portadoras de deficiências. Parece haver uma tendência de que os professores que têm experiência nessa prática integrada percebam os benefícios advindos para as crianças portadoras de deficiência e para as ditas “normais”. Entretanto, de forma muito marcante também se nota que as escolas ainda estão muito aquém das condições ideais para receber essa população especial de jovens e que isso muito vezes impede que os professores possam trabalhar de maneira mais eficiente.

Sugere-se que esse estudo seja ampliado para uma população maior de professores de educação física, a fim de que os resultados obtidos possam ser correlacionados com a faixa etária, o sexo, o tipo de escola (pública ou particular) e o tempo de experiência destes.

Referências Bibliográficas

1. BLOCK, M.E. Development and validation of the Children's Attitudes Toward Integrated Physical Education – Revised (CAIPE-R) Inventory. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 12, 60-77, 1995.
2. BLOCK, M.E.; ZEMAN, R. Including students with disabilities in regular physical education: effects on nondisabled children. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 13, 38-49, 1996.
3. BRASIL. *Constituição Federal*. Artigo 206, 1988.
4. BRASIL. *Lei nº9394 – Diretrizes e bases da educação nacional*. 1996.
5. CLEMENTE, C.A. *Vencendo barreiras – histórias de superação e inclusão da pessoa portadora de deficiência*. Osasco, Espaço da Cidadania, 2002.
6. GILBERTS, G.H.; LIGNUGARIS-KRAFT, B. Classroom management and instruction competencies for preparing elementary and special education teachers. *Teaching and Teacher Education*, v.13, n.6, 597-610, 1997.
7. KOZUB, F.M.; PORRETTA, D.L. Interscholastic Coache's Attitudes Toward Integration of Adolescents with Disabilities. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 15, 328-344, 1998.
8. LaMASTER, K.; GALL, K.; KINCHIN, G.; SIEDENTOP, D. Inclusion practices of effective elementary specialists. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 15, 64-81, 1998.
9. LIMA, S.M.T.; DUARTE, E. Educação Física e a escola inclusiva. SOBAMA, *Temas em Educação Física Adaptada*. Curitiba, UFPR, 2001.
10. MELOGRANO, V.J.; LOOVIS, E.M. Status of physical education for handicapped students: a comparative analysis of teachers in 1980 and 1988. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 8, 28-42, 1991.
11. SIDERIDIS, G.D.; CHANDLER, J.P. Assessment of Teacher Attitudes Toward Inclusion of Students with Disabilities: a Confirmatory Factor Analysis. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 14, 51-64, 1997.
12. SOUZA, P.N.P.; SILVA, E.B. *Como entender e aplicar a nova LDB*. São Paulo, Pioneira Educação, 1997.
13. TRIPP, A.; FRENCH, R.; SHERRILL, C. Contact theory and attitudes of children in physical education programs toward peers with disabilities. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 12, 323-332, 1995.

Anexo 1

Questionário sobre as atitudes dos professores de educação física diante de alunos portadores de deficiência integrados às aulas regulares (adaptado de KOZUB e PORRETTA, 1998 e SIDERIDIS e CHANDLER, 1997).

OBS.: As respostas deverão ser assinaladas de 1 a 4, representado, respectivamente, 4 níveis: concordo totalmente, concordo quase totalmente, discordo quase totalmente e discordo totalmente.

- 1) Eu sinto que eu tenho o conhecimento suficiente para atingir as necessidades educacionais de crianças portadoras de deficiências.
- 2) Eu sinto que eu sou capaz de remediar os déficits de aprendizagem e/ou de execução da criança portadora de deficiência.
- 3) Eu sinto que eu sou capaz de administrar o comportamento das crianças portadoras de deficiências.
- 4) Eu gosto de ter crianças portadoras de deficiência em minha aula.
- 5) Eu pretendo participar de cursos e palestras para aumentar meus conhecimentos sobre os métodos de ensino para crianças portadoras de deficiências.
- 6) Eu sinto que as crianças portadoras de deficiência vão se beneficiar da interação oferecida por um programa em uma classe regular.
- 7) Eu sinto que as crianças “normais” irão se beneficiar com a integração de crianças portadoras de deficiências nas aulas regulares.
- 8) Eu sinto que as crianças portadoras de deficiências são aceitas socialmente por seus colegas “normais”.
- 9) Eu sinto que as crianças portadoras de deficiência são humilhadas por seus colegas “normais” na aula regular.
- 10) Eu sinto que existem materiais instrucionais suficientes para que eu ensine crianças portadoras de deficiência.
- 11) Eu sinto que são oferecidos pela escola todos os serviços de suporte suficientes para que eu ensine crianças portadoras de deficiência (médico, psicólogo, fonoaudiólogo, auxiliares)
- 12) Eu sinto que eu tenho recursos suficientes da escola para adquirir os materiais necessários para planejar as aulas e trabalhar com crianças portadoras de deficiências.